



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Prestar atenção ao emprego dos portadores de autismo e incentivar a sua auto-sustentação

Segundo os dados mais recentes do Centro de Controlo e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, uma em cada 54 crianças é autista. Estima-se que em todo o mundo existam cerca de 70 milhões de autistas e que em Macau existam cerca de 400, o que significa que mais de 400 famílias vivem atormentadas pelo autismo.

De acordo com os encarregados de educação de crianças autistas, depois destas concluírem os seus estudos na escola, o Instituto de Acção Social (IAS) coloca-as em postos de trabalho específicos. No entanto, estes postos de trabalho já estão sobrelotados e só quando sai alguém é que é possível entrar outra pessoa, portanto, é longa a espera até o IAS conseguir arranjar-lhes emprego.

Os empregadores preferem contratar pessoas com deficiências físicas em detrimento das que têm deficiências mentais, só raramente é que contratam estas últimas, por exemplo, autistas. Devido às poucas oportunidades de emprego e à escassez de vagas, os encarregados de educação de portadores de autismo estão muito preocupados com a impossibilidade de conseguirem assegurar os devidos cuidados no futuro, pois estas pessoas não conseguem encontrar uma saída para a vida, não conseguem integrar-se na sociedade, e vivem para si próprios. Quanto aos salários e regalias, o Governo da RAEM implementou o plano de subsídio



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

complementar aos rendimentos de trabalho destinado aos trabalhadores portadores de deficiência que trabalham menos de 128 horas mensais e auferem menos de 32 patacas por hora, e aos que trabalham mais de 128 horas mensais e auferem rendimentos inferiores a 6656 patacas. Ao mesmo tempo, implementou políticas de benefício fiscal destinadas às empresas que contratem trabalhadores deficientes. Através deste plano, o montante máximo que um trabalhador pode receber é 6656 patacas, que é o montante do salário mínimo, mas este não se aplica aos trabalhadores portadores de deficiência. Pelo exposto, não existe uma garantia de salário mínimo para as pessoas portadoras de deficiência, o que agrava ainda mais as preocupações das famílias.

É difícil avaliar o grau de autismo na infância, e aos cuidados pessoais básicos das crianças, no caso das autistas, acrescem os cuidados com a reabilitação e o tratamento, que exigem muito tempo e dinheiro. Isto significa que as famílias em que ambos os cônjuges trabalham têm de pagar um preço elevado por um profissional para cuidar do seu filho que sofre de autismo ou um deles tem de sacrificar-se, ou seja, tem de deixar o seu emprego para passar a cuidar do filho a tempo inteiro. Aliás, o autismo não tem cura, apenas se pode melhorar a capacidade de comunicação e reduzir comportamentos anormais através da reabilitação. No entanto, as despesas com os tratamentos de reabilitação são elevadas, os profissionais são escassos, e o tempo de espera por tratamento é longo, entre outros factores, o que faz com que as famílias com portadores de autismo tenham de suportar enormes encargos e pressão psicológica, e tudo isto tem grande impacto na reabilitação dos portadores de autismo.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Sendo assim, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Face à actual situação de sobrelotação dos postos de trabalho dos portadores de autismo, como é que o Governo vai resolver o problema do longo tempo de espera por um emprego? O Governo da RAEM deve apelar a mais empresas para assumirem as suas responsabilidades sociais, ajudando-as a criar mais oportunidades de emprego para os portadores de autismo. Ao mesmo tempo, deve eliminar a situação de favorecimento de recrutamento de deficientes físicos, reduzindo assim este fenómeno de “discriminação invisível”, isto é, de não contratação de deficientes mentais. Como é que o Governo vai fazer isto?
2. Através do plano em causa, o montante máximo que um trabalhador pode receber é 6656 patacas, que é o montante do salário mínimo, mas este não se aplica aos trabalhadores portadores de deficiência, logo, estes não têm garantias salariais mínimas. Assim sendo, como é que o Governo da RAEM garante a subsistência dos trabalhadores portadores de deficiência? O Governo deve ter em conta as situações especiais e definir o preço/hora para os trabalhadores portadores de deficiência, e, ainda, proporcionar-lhes garantias salariais mínimas. Vai fazê-lo?
3. Em relação aos cuidados às pessoas autistas por parte das famílias em que ambos os elementos do casal trabalham, estas têm de contratar pessoal



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

especializado para assegurar esses cuidados a preço elevado, ou então um dos elementos tem de sacrificar-se e deixar de trabalhar. O Governo da RAEM dispõe de algum mecanismo ou medida para ajudar estas famílias a aliviar a pressão?

23 de Setembro de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Che Sai Wang